

# III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

## POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADE SOCIAL: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O PAPEL DO ESTADO E DA ESCOLA PÚBLICA

GT1. Políticas Públicas, Gestão e Financiamento da Educação Básica.

Suyanne Carvalho Lima<sup>1</sup>

Dhara Aguiar Rodrigues<sup>2</sup>

Tâmila Santana Alencar<sup>3</sup>

Orientador (a) Roza Maria Soares da Silva<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente trabalho desenvolve uma análise crítico-compreensiva das políticas educacionais brasileiras, enfatizando sua relação com a reprodução e o enfrentamento das desigualdades sociais. Parte-se do pressuposto de que a educação constitui um campo permeado por disputas políticas, ideológicas e econômicas, sendo influenciada por projetos societários em constante conflito. Assim, examinam-se os marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a LDB n.º 9.394/1996 e o Plano Nacional de Educação, e as políticas implementadas após a consolidação do modelo democrático brasileiro, interpretando suas implicações no cotidiano da escola pública. As reflexões dialogam com referenciais teóricos como Saviani, Freire, Apple e Boaventura de Sousa Santos, os quais compreendem a educação como prática política situada historicamente. Evidencia-se que, embora o discurso da democratização tenha avançado, a presença de princípios neoliberais e tecnocráticos nas políticas públicas contribui para a manutenção das desigualdades. Conclui-se que o enfrentamento dessas contradições exige uma perspectiva emancipadora de educação, comprometida com a equidade, a justiça social e a valorização da escola pública como espaço fundamental de formação crítica.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Desigualdade Social; Escola Pública; Estado; Democracia.

### Introdução



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão



# III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

A discussão acerca das políticas educacionais e da desigualdade social, revela-se central para a compreensão das dinâmicas que estruturam a educação brasileira. Historicamente, a escola pública tem se constituído como espaço de disputa simbólica e material, no qual se expressam projetos distintos de sociedade e relações de poder que atravessam o Estado e seus mecanismos de regulação. Conforme destaca Apple (2006), a educação é parte de um processo mais amplo de produção e legitimação cultural, e, portanto, não pode ser analisada como prática neutra ou descontextualizada.

Com a Constituição Federal de 1988, estabeleceu-se o princípio do direito universal à educação, reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996). Todavia, mesmo diante de arcabouço normativo robusto, persistem desigualdades estruturais expressas nas condições de acesso, permanência e desempenho escolar entre diferentes grupos sociais. Esse paradoxo evidencia, conforme Saviani (2013), que as políticas educacionais são resultado de correlações de força e, por isso, expressam interesses muitas vezes contraditórios.

Acrescenta-se que, a partir da década de 1990, o avanço do neoliberalismo no Brasil impulsionou reformas educacionais orientadas por princípios de eficiência, meritocracia e racionalidade econômica. Tais reformas impactaram diretamente o cotidiano escolar, reduzindo a educação, muitas vezes, ao atendimento de metas e indicadores padronizados, desconsiderando dimensões humanizadoras e emancipatórias. Nesse sentido, Freire (1996) afirma que toda prática educativa é intrinsecamente política e que a formação crítica exige o reconhecimento das contradições sociais.

Diante desses elementos, este trabalho busca compreender, de maneira crítica, como as políticas educacionais podem tanto reproduzir quanto transformar desigualdades. Para tanto, considera-se a escola pública como instituição estratégica na luta por justiça social e democratização do conhecimento, na medida em que opera na interface entre Estado, sociedade e formação humana



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão



# III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

## Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de obras clássicas e contemporâneas sobre políticas educacionais, sociologia da educação e teoria crítica. A abordagem qualitativa é adequada aos objetivos do estudo, pois permite examinar significados, contradições e intencionalidades presentes nas políticas públicas, aspectos que não podem ser captados exclusivamente por dados estatísticos.

A investigação fundamenta-se em autores como Saviani (2008; 2013), cuja obra oferece uma leitura histórico-crítica da educação brasileira; Freire (1996), que discute a dimensão política da prática pedagógica; Apple (2006), que analisa a relação entre educação, poder e hegemonia cultural; e Boaventura de Sousa Santos (2007), que contribui com reflexões sobre emancipação social e crítica ao pensamento hegemônico. Além disso, foram examinados documentos legais e programáticos, tais como a Constituição Federal de 1988, a LDB, o Plano Nacional de Educação (PNE) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), considerados fundamentais para a compreensão das políticas educacionais contemporâneas.

Portanto, ao integrar literatura especializada e análise documental, a metodologia adotada possibilita interpretar as políticas para além da dimensão normativa, compreendendo-as como expressões de relações de poder e como instrumentos que impactam diretamente as práticas pedagógicas e a estrutura social.

## Resultados e Discussão

Os resultados obtidos indicam que as políticas educacionais brasileiras têm sido elaboradas sob forte influência de modelos neoliberais e tecnocráticos, especialmente a partir dos anos 1990. Esse movimento introduziu na gestão educacional princípios como eficiência, produtividade e competitividade, restringindo a função social da escola e subordinando-a à



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão



# III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

lógica do mercado. Conforme Apple (2006), essa racionalidade tende a transformar a educação em mercadoria, enfraquecendo seu papel emancipador.

Apesar dos avanços legais e programáticos, ainda persiste uma distância significativa entre o discurso da democratização e a realidade das práticas escolares. A precariedade das condições estruturais, a desigual distribuição de recursos, a desvalorização docente e a carência de políticas efetivas de permanência são elementos que mostram a continuidade da exclusão educacional no país. Saviani (2013) argumenta que a superação dessas desigualdades requer políticas articuladas à transformação das estruturas sociais e econômicas, pois a desigualdade educacional é expressão de desigualdades mais amplas.

Observa-se, igualmente, que políticas como o FUNDEB, o PNLD e o PNE representam avanços importantes para a ampliação do acesso e da universalização do ensino. Entretanto, sua efetividade é limitada quando a implementação ocorre de forma fragmentada ou desarticulada, sem considerar as especificidades regionais e as condições concretas das escolas públicas. Nesse aspecto, Boaventura de Sousa Santos (2007) defende que políticas públicas devem reconhecer a pluralidade social e combater o “desperdício da experiência”, valorizando práticas educativas construídas nos territórios.

Outro ponto relevante é a formação docente, que ainda privilegia aspectos técnicos em detrimento da formação crítica e política. Conforme Freire (1996), uma educação transformadora exige professores capazes de problematizar a realidade e promover uma pedagogia libertadora, orientada pela dialogicidade e pela consciência crítica. Sem essa formação, a escola torna-se reprodutora da ordem vigente, contribuindo, ainda que involuntariamente, para a manutenção das desigualdades.

Assim, constata-se que políticas centradas exclusivamente em avaliações e indicadores reduzem a complexidade da educação e limitam sua função social. Para que haja democratização real, é imprescindível que as políticas educacionais sejam concebidas de forma



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão



# III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

integrada, comprometidas com a equidade e orientadas pela participação democrática da comunidade escolar.

## Considerações Finais

Conclui-se que as políticas educacionais brasileiras refletem as disputas entre projetos de sociedade e concepções de educação que se confrontam historicamente. Ao adotar uma perspectiva crítico-compreensiva, torna-se evidente que tais políticas não são neutras, mas atravessadas por interesses econômicos, ideológicos e culturais que influenciam sua formulação e sua implementação.

A superação das desigualdades no campo educacional exige, portanto, mudanças estruturais e culturais que ultrapassem a elaboração de leis e programas. Demanda um compromisso político e ético do Estado, articulado à valorização da escola pública como espaço de formação cidadã e de emancipação social. Apenas políticas educacionais fundamentadas na equidade, na justiça social e na valorização docente poderão romper com o ciclo histórico de exclusão e consolidar uma democratização efetiva do ensino.

Assim, reafirma-se que a escola pública não deve ser reduzida ao cumprimento de metas burocráticas, mas reconhecida como instituição estratégica para a construção de uma sociedade democrática, plural e humanizada.

## Referências:

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão



# III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE (2014–2024): Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão

